

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÉSSICA FELIX NASCIMENTO DE SOUZA

DA UNIFICAÇÃO À GUERRA CIVIL:

Como o processo de construção do Estado iemenita influenciou a ocorrência dos conflitos
subsequentes

Uberlândia

2024

JÉSSICA FELIX NASCIMENTO DE SOUZA

DA UNIFICAÇÃO À GUERRA CIVIL:

Como o processo de construção do Estado iemenita influenciou a ocorrência dos conflitos subsequentes

Relatório Final de Iniciação Científica apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como requisito para validação da pesquisa e obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Aureo de Toledo Gomes

Total de palavras: 14204

Uberlândia

2024

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos reverenciando primeiro aqueles que abriram caminho para que eu pudesse chegar até aqui, Patakori Ogun, Ora iê iê Oxum. Gratidão à espiritualidade que cuidou do meu caminhar e me deu forças para seguir em frente. Junto a eles agradeço Dona Angelita, a mulher que me deu a luz e me apresentou para a vida, que sempre acreditou em mim e não me deixou duvidar nem sequer por um segundo sobre minha capacidade. Mamãe, eu te amo, você é luz na minha vida e no mundo. Ao pai que a vida me trouxe meu muito obrigada por seu esforço e dedicação, Noel, obrigada por me acolher como sangue do seu sangue.

Minha família, eu agradeço a vocês pela torcida e apoio durante todos estes anos em que estive longe de casa. Vó e vô, saí da casa de vocês com o coração apertado para realizar um sonho e não deixei de sentir saudades nenhum segundo que passei longe. Aos meus tios, Delei, Renata, Douglas e Thiago e minha prima Bruna gratidão por vibrarem comigo minhas conquistas. Às eternas crianças da minha vida, Angelo, Paloma, Olívia e minha cosminha, muito obrigada por sempre me recordarem de olhar para a vida com doçura e leveza.

Agradeço a família que a Universidade me trouxe: em especial minha irmã de axé Mapê, que junto com a Brida foram minhas primeiras amizades naquela mesa de bar onde estávamos descobrindo esse novo mundo. Bárbara, Toli e Murilo, um brinde à vocês e ao nosso companheirismo. Fafinha, obrigada por dividir a casa e tornar meus dias mais leves. Day obrigada pelas conversas profundas e acolhimento e por nos agraciar com o Bento. Victoria Maria, obrigada por ser uma pessoa imprescindível em minha vida. Yasmim e Carol vocês chegaram nesse ano como um presente diante do encerramento desse ciclo, meu muito obrigada por nossos caminhos terem se cruzado.

À minha parceira, Aline, que chegou ao fim da minha jornada acadêmica, mas foi tão importante quanto os outros, o meu muito obrigada por me fazer olhar para mim mesma com mais amor e carinho. Obrigada por acreditar que posso ser quem eu quiser e obrigada pelo seu amor que deixa tudo melhor.

Por fim, agradeço à Universidade Pública e gratuita por fornecer um ensino de qualidade e proporcionar vivências que moldaram o ser humano e a cidadã brasileira em breve Bacharel em Relações Internacionais. Gratidão ao meu orientador, o responsável por me apresentar o mundo da pesquisa e me brilhar os olhos para o próximo passo depois da graduação. Muito obrigada ao GEOM por ter despertado em mim a paixão pelo Oriente Médio e a visão crítica sobre o mundo.

“Cover me up
And wrap my coffin tight,
Write above my grave, Here lies one of the victims of wars
That he was disgusted by.
He told the leaders before they started it,
When war enters a village,
It destroys its kind people”

(Abdelaziz al-Maqaleh)

RESUMO

O Iêmen enfrenta uma guerra civil que está em curso desde 2014. O conflito infringe tamanho impacto na sociedade que foi considerado pelas Nações Unidas como a maior crise humanitária do mundo. Estima-se que a crise atinge cerca de 80% da população com efeitos para além do combate direto. Além da guerra civil que envolve os atores da sociedade iemenita, o país é palco de uma disputa regional entre as duas maiores potências do Oriente Médio, a Arábia Saudita e Irã, o que aumenta o potencial de destruição do conflito. A literatura em geral retrata a situação como um expoente da Primavera Árabe de 2011, no entanto ao resgatar a história do país - que possui apenas 34 anos - percebe-se que o cenário de paz e estabilidade, objetivado pela unificação, nunca se concretizou. A primeira guerra civil ocorreu em 1994 e foi terminada no mesmo ano. Já em 2004 um novo desafiante surge no cenário nacional, os houthis que estiveram em seis conflitos contra o governo até o ano de 2010. Em 2011 a onda de manifestações no mundo árabe atinge o país, e novamente a situação conflituosa é retomada até que em 2014 a atual guerra civil eclode. Mediante revisão bibliográfica sobre guerras civis e resgate histórico da formação do Iêmen pretende-se entender se o processo de construção do Estado constituiu as raízes para os conflitos subsequentes, objetivando encontrar na unificação o ponto-chave para o cenário de instabilidade que favoreceu a recorrência de conflitos ainda em curso. Nesse sentido, o processo de unificação teria estabelecido um fio condutor entre os processos de violências desencadeados desde então.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra civil do Iêmen; guerra civil; construção do Estado; Houthis.

ABSTRACT

Since 2014, Yemen has faced a civil war, which the United Nations described as the world's worst humanitarian crisis. The conflict affects approximately 80% of the population, with consequences ranging from shortages of basic necessities, malnutrition, disease outbreaks, and a collapsing healthcare system. Besides the internal conflict, Yemen is also a battleground for a regional power struggle between Saudi Arabia and Iran, escalating the violence. While many link the crisis to the 2011 Arab Spring, a review of Yemen's short history — unified only since 1990 — reveals that peace and stability were never fully accomplished after the unification. The first civil war started in 1994, and was finished in the same year. In 2004 a new state challenger appeared in the national scenario, the houthis, which caused a series of conflicts with the government. In 2011 the outbreak of Arab Spring reignited the popular rage till the start of the ongoing civil war in 2014. This study explores Yemen's state-building process (particularly its unification), and how it laid the groundwork for ongoing conflicts, establishing a pattern of instability that persists to this very day.

KEY-WORDS: Yemeni civil war; civil war; statebuilding; Houthis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ANÁLISE TEÓRICA: A INTERSECÇÃO ENTRE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E GUERRAS CIVIS.....	9
3. O CASO IEMENITA: A CONTRIBUIÇÃO DO RESGATE HISTÓRICO PARA COMPREENSÃO DOS CONFLITOS.....	15
3.1. A formação dos dois “Iêmens”.....	15
3.2. O caminho para a Unificação: guerras e negociações.....	19
3.3. A consolidação do acordo.....	25
4. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS PRINCIPAIS FATORES PARA INSTABILIDADE.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A guerra civil iemenita é considerada pelas Nações Unidas como a maior crise humanitária atual, sendo esta resultado da guerra civil em curso desde 2014. A nação mais pobre do Oriente Médio se encontra frágil e devastada, com estimativas de que cerca de 18 milhões de iemenitas necessitam de apoio humanitário. O país enfrenta fortes questões com a fome, em que 17,6 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar e ao menos 5 milhões estão com severo risco de morte por inanição (OCHA, 2024).

O efeito do conflito sobre a economia, moradia e infraestrutura do país é tanto que o colapso de serviços essenciais ocasiona situação de vulnerabilidade por todo o país, com aproximadamente 5 milhões de iemenitas ainda deslocados (OCHA, 2024). Estima-se que a guerra tenha gerado cerca de 377 mil fatalidades, seja de maneira direta ou indireta (pela falta de água potável, doenças e fome, por exemplo). Quanto às mortes envolvendo o combate em si, o número de baixas chega a 150 mil, incluindo os mortos pelas campanhas de bombardeio sauditas (CAAT, 2023).

O Iêmen é localizado no extremo sul da Península Árabe, tendo fronteiras com a Arábia Saudita, ao norte, e Omã, ao leste. Apesar de ser considerado o país mais pobre do Oriente Médio, e ter uma economia extremamente dependente do mercado externo, sua localização confere uma importância estratégica ao território. Por ser banhado pelo Golfo de Áden e pelo Mar Vermelho, o Iêmen exerce controle sobre o estreito Bab al-Mandeb, que é de grande importância para o comércio internacional. Essa importante posição estratégica somada a outros interesses levaram à interferência estrangeira no conflito. Dessa forma, a guerra civil que ainda está em curso conta com a participação do vizinho, Arábia Saudita, e do Irã, duas potências regionais que possuem conflitos geopolíticos históricos.

Essa interferência é um dos fatores que contribuem para o agravamento da situação, com impactos diretos sobre a população civil. Os ataques aéreos são uma ferramenta utilizada desde o início das hostilidades e a organização Campaign Against Arms Trade (CAAT) estima que mais de 25 mil ataques aéreos foram realizados até março de 2022 pela coalizão liderada pela Arábia Saudita. Destes, cerca de 28% foram realizados contra alvos claramente civis, como áreas residenciais, escolas, universidades, hospitais, automóveis de civis, e até mesmo mesquitas. Além de alvos civis, postos estratégicos importantes para o abastecimento do país também foram atacados, como instalações de energia e água e regiões agrícolas. Quanto ao restante da porcentagem têm-se que 32% dos alvos puderam ser definidos como claramente militares, e o restante, quase 40% não puderam ser identificados com certeza (CAAT, 2024).

Outros impactos humanitários relacionados ao conflito levantados pela OCHA (2024) refere-se à infância. Ao menos 70% das crianças abaixo de três anos não receberam vacinas básicas, 80% da população vive abaixo da linha da pobreza, e cerca de 39% das crianças não estão frequentando escola, seja pela ausência devido a sua destruição ou pela ocupação dos rebeldes.

É de entendimento geral que a intensificação desse conflito aconteceu no ano de 2014, tendo sido iniciado no contexto da Primavera Árabe. No entanto, verifica-se que episódios de violência e enfrentamento ocorrem desde o processo de unificação do país. O Iêmen como se conhece hoje nasceu a partir da união de dois territórios no ano de 1990, processo esse que se deu apesar das divergências culturais e políticas, e foi possibilitado pelo contexto internacional de fim da Guerra Fria e descoberta de petróleo.

Considerando que a construção do Estado envolve a centralização de poder e a articulação de certos interesses na definição da nova arquitetura de governo, é possível entender que tal processo é um potencial gerador de conflitos, porque tem caráter coercitivo e muitas vezes excludente. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de compreender como a unificação dos dois Iêmens propiciou um cenário favorável à ocorrência de conflitos que se iniciaram com a primeira guerra civil de 1994 e persistiram ao longo do tempo.

A pesquisa a ser desenvolvida é de natureza qualitativa e terá caráter exploratório com propósito explicativo ao propor uma nova narrativa de explicação para o evento em questão. Para isso, no primeiro capítulo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o campo de estudos em guerra civil e da obra de Edward Newman, que estuda a relação entre construção do Estado e conflitos. Já o segundo capítulo contém uma pesquisa histórica que irá resgatar os eventos prévios à unificação e o processo em si, no objetivo de buscar quais arranjos foram potenciais geradores de instabilidade. Depois de toda bibliografia explorada e do resgate histórico, no terceiro capítulo será feita a análise da continuidade entre a estrutura política inaugurada em 1990 com os eventos conflituosos subsequentes. Por fim, nas considerações finais serão resgatados os principais argumentos que sustentam a hipótese inicial, bem como apontamentos de possibilidades para trabalhos futuros dentro do tema.

2. ANÁLISE TEÓRICA: A INTERSECÇÃO ENTRE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E GUERRAS CIVIS

Para ajudar a construir o arcabouço teórico deste trabalho se faz necessário inicialmente realizar uma exposição sobre a definição do termo guerra civil, e apresentar discussões importantes que permeiam este campo de estudo, sobretudo no que tange os estudos de causa para ocorrência de tal evento. No trabalho de Cederman e Vogt é apresentado que a ocorrência do modelo de conflito guerra civil passou a sobrepor a forma tradicional de guerra interestatal após a Segunda Guerra Mundial, porém a academia só foi acompanhar essa tendência ao olhar para temas como revoluções e conflitos étnicos entre as décadas de 1970 a 1990. A partir dos anos 2000, observa-se um aumento significativo na quantidade de publicações dentro do referido tema (Cederman; Vogt, 2017).

Os autores definem guerra civil como um combate armado que se dá dentro dos limites de um Estado soberano, entre o governo e um agente não-estatal que desafia sua soberania sobre o território, seja de maneira parcial ou total. Nesse sentido, o ponto-chave para que se tenha esse tipo de conflito é uma incompatibilidade sobre o controle político (Cederman; Vogt, 2017). Na mesma linha, Kalyvas (2006) também configura guerra civil como o combate armado dentro dos limites do território de uma entidade soberana que é reconhecida por ambas as partes, estando estas sujeitas a uma autoridade comum no início das hostilidades. Tendo em vista tais definições, o conflito no Iêmen se enquadra como uma guerra civil, no sentido que houthis e o governo se encontram sob uma mesma soberania.

A bibliografia no campo de estudos sobre guerra civil é vasta e diversa. Diferentes autores realizam diferentes enfoques no que tange à definição do termo, variáveis, agentes e impactos de conflitos intraestatais. Ademais, os estudos teóricos podem focar em diferentes momentos de um conflito, sendo estes o estudo das causas para eclosão, natureza dos conflitos, dinâmica, término ou consequências.

O recorte a ser utilizado neste trabalho é referente aos estudos de causa para ocorrência de guerras civis, e nesse escopo, Cederman e Vogt (2017) sugerem que há de forma geral um debate que permeia o campo de estudos, que se dá entre três lógicas explicativas: ganância, frustrações e oportunidades. Mediante estudo das obras que consideram relevantes na caracterização da tipificação proposta, eles elucidam as contribuições teóricas e debates presentes.

Na década de 1970, Gurr, no intuito de combater a concepção de que a guerra é uma eclosão irracional de violência, propõe que a não realização de certos objetivos leva o indivíduo a se frustrar, e isso torna a violência mais provável. As frustrações podem ser advindas de más condições econômicas, falta de participação política, exclusão social e entre outros temas. As críticas que surgem sobre essa perspectiva a classificam como individualista, enfatizando que a frustração experienciada por indivíduos é menos importante que a realidade estrutural e os processos políticos para explicar o início de um conflito (Cederman; Vogt, 2017).

Já os economistas Collier e Hoeffler optam pela lógica da ganância, contrariando fortemente explicações que usam a frustração porque acreditam que a última é uma experiência recorrente, no entanto, guerras civis são eventos raros. Sendo assim, entende que a frustração é apenas um recurso retórico utilizado pelos líderes gananciosos para captar apoiadores. Pelo entendimento dos autores, os conflitos acontecem quando o custo de oportunidade de lutar é mais baixo que os ganhos que podem ser obtidos. Ou seja, há um incentivo econômico para o conflito que torna, então, vantajoso a participação em guerras civis (Cederman; Vogt, 2017).

Fearon e Laitin trazem a perspectiva de que a lógica da oportunidade ajuda a explicar como violência é mais provável de eclodir em Estados frágeis. Aqui, o foco sai da ganância dos rebeldes para as condições institucionais. Nessa teoria, a falta de provisão de bens públicos e a opção pelo rent-seeking em detrimento do recolhimento de impostos, explicaria o fraco controle sobre a periferia, e nesse cenário a ocorrência de insurgência se torna possível.

Essa teoria de Fearon e Laitin acerca de Estados frágeis dominou as explicações do campo e enfraqueceram outras lógicas como a da ganância, ainda que esta não tenha desaparecido. A ausência da lógica de frustração gerou muitas críticas ao campo principalmente porque se observava o impacto que protestos contra desigualdade e injustiça tinham em provocar conflitos. Alguns pesquisadores sugerem que ao invés de dispensar tal lógica, a falta de evidências poderia ser explicada por uma ineficiência dos indicadores utilizados que tem um recorte demográfico individualista.

Em uma linha mais crítica à generalização e que compreende guerras civis como eventos complexos, Stathis Kalyvas traz importantes considerações. A lógica proposta é a de que Guerras Civis vão além da dicotomia existente entre frustrações e ganâncias, isso porque não são conflitos binários, são processos complexos que se dão através da interação entre o público e o privado, entre o nacional e o local. Essa conclusão surge do contraste dicotômico de duas abordagens diferentes sobre conflitos, a primeira em uma linha hobbesiana que supõe

que guerras civis favorecem a privatização da violência, a segunda, inspirada por Carl Schmitt, reforça a natureza essencialmente política da guerra, na qual os agentes da violência são meros soldados sem motivações pessoais.

Dessa contraposição Kalyvas sugere a separação entre identidade e ação, e isso resulta em duas constatações: que as ações têm mais relação com problemas locais ou privados que a eclosão da guerra em si, e que atores locais se aproveitam da guerra para instaurar conflitos que tenham pouca ou nenhuma relação com as causas da guerra. Para explicar essa separação, é apresentado o termo *clivagem mestre* que se refere ao evento causador da eclosão do conflito, que articula clivagens locais que podem ou não ter relação com a primeira (Kalyvas, 2003).

Essa separação entre centro e periferia permite compreender que as rivalidades podem se moldar para atender a interesses pessoais ou partidários. O teor político pode se ausentar nesses casos, sendo assim, a guerra civil pode ou liberar, ou se aproveitar de conflitos locais preexistentes. Outro ponto importante é que esse tipo de fenômeno pode ser um meio pelo qual diversas frustrações podem se manifestar através da violência em um contexto maior. Nesse sentido, lógicas explicativas que seguem uma abordagem mais ampla falham em explicar a natureza da violência, que pode estar pouco ou nada relacionada com a narrativa dominante (Kalyvas, 2003).

A relação entre o local e o central pode se dar por meio de diversas configurações e o importante, para Kalyvas, é a necessidade de compreender o conflito sem recorrer aos extremos de ou ignorar completamente a dimensão local ou de encarar as guerras civis como meras expressões feudais. O autor também ressalta a necessidade de ampliar as teorizações que abordam esse tema, e por isso propõe o mecanismo de aliança como a ponte que liga centro e periferia, para os atores locais esta é um meio, e não seu objetivo, e têm-se que a ação, apesar de descentralizada ainda sim se conecta ao conflito como um todo. A guerra civil é compreendida como uma transformação em processo conjunto de busca pelo poder por parte dos atores centrais, e de vantagens locais para a periferia (Kalyvas, 2003).

O acadêmico Edward Newman (2014a), também realiza um estudo amplo das produções sobre guerra civil, e faz alguns apontamentos críticos interessantes. Ele ressalta que os estudos que seguem a lógica mais econômica e racional tendem a minimizar a importância de fatores como as frustrações, por serem considerados insuficientes e difíceis de codificar. No entanto, algumas teorias trazidas por ele elucidam que os conflitos podem ser frutos da privação experienciada em grupo, como acesso político, mas a conclusão do autor é de que

sozinha ela não é capaz de iniciar um conflito, por questões como a dificuldade de mobilizar a população para a luta e entre outras.

Ao longo de seu estudo o autor aponta a existência de uma tendência de alguns estudos buscarem por uma variável chave que possa ser aplicada de maneira ampla, como as lógicas previamente apresentadas. Esse recorte estreito, limita as análises apenas aos fatores oportunidades e incentivos, ignorando as motivações. Essa falta de aprofundamento seria reflexo de um menosprezo acadêmico pelo componente social e político. Dessa forma, compreender tal fenômeno a partir de um viés histórico, ou também trazer o componente micro, é considerado por Newman um avanço metodológico (Newman, 2014a).

Um fator de grande relevância para a teoria do autor é o Estado. O autor expõe que grande parte dos estudos que o consideram como uma variável tendem a analisá-lo pelo viés da fraqueza, visto que a incapacidade estatal possibilita insurgências, pela falta da segurança como garantia, ausência de bons serviços públicos, falta de proteção contra efeitos de conflitos em países vizinhos e etc. Utilizando de dados do *Correlates of War*¹, o autor apresenta que a condição pós-colonial também pode ser considerada como um facilitador devido à concessão de independência sem a resolução da condição de dependência, somado muitas vezes à dificuldade de consolidar uma identidade nacional (Newman, 2014a).

Em uma linha hobbesiana estes estudos concluem que a ausência de um Estado forte possibilita a contestação violenta ao poder. As teorias dos Estados frágeis são chave para o surgimento da visão sobre novas guerras, que seriam conflitos diferentes das formas anteriores, na qual o Estado seria insignificante a não ser por sua condição de incapacidade (Newman, 2014a). Newman expõe, em outro texto, que para além do interesse institucional na incapacidade estatal, existe uma tradição de estudos, dentro da perspectiva política, histórica e sociológica, que revisa uma gama de processos que se conectam ao Estado. Dentre esses estudos, os tópicos de construção e consolidação estatal se destacam, através de abordagem histórica, e seu papel na compreensão da natureza da violência organizada e conflito armado (Newman, 2014b).

Apesar de a construção do Estado se dar a partir da consolidação de instituições fortes e centralizadoras, mediante processos coercitivos e violentos, os principais estudos que enfocam o fator da mudança social possuem um forte viés histórico no qual resgatam-se as experiências sobretudo europeias, e não retratam experiências mais recentes. Outro apontamento é que os estudos que abordam a construção do Estado destacam os processos no

¹ O *Correlates of War* é um projeto que coleta e divulga informações sobre guerras, estas podem ser acessadas gratuitamente através do website do projeto (*Correlates of War*, 2024).

nível macro, ao invés de variáveis explicativas. O processo em questão também não é o maior foco de abordagens empíricas, e o motivo provável é porque não se presta a hipóteses e testes. Ainda assim, o autor considera o tema como muito relevante para entender o conflito intraestatal (Newman, 2014b).

Newman expõe algumas dimensões que a relação entre construção do Estado e conflito se desenvolve. A primeira é que a consolidação estatal implica na imposição de uma autoridade central e unificada. Isso se contrapõe à configuração e interesses de regiões autônomas, pois estabelece a proteção de fronteiras, impõe regulamentações bem como o monopólio legítimo da violência em uma visão weberiana. Tais processos impõem desafios às elites e poderes que eventualmente não estejam de acordo com a nova agenda. O processo de construção estatal raramente é conciliatório, não beneficia a todos e pode ameaçar interesses. Nesse sentido, a oposição e rebelião se torna provável (Newman, 2014b).

No contexto de sociedades divididas, como no caso de países pós-coloniais, a construção do Estado pode se tornar um conflito intercomunitário em que o controle estatal e seus benefícios refletem um clima político sectário e o Estado é algo a ser conquistado por interesses específicos. Dessa forma a construção do estado reflete conflitos referentes a desigualdades horizontais², exclusão econômica e política e dominação de grupo, somado a outras circunstâncias cria um cenário propício à rebelião (Newman, 2014b).

Outros aspectos que geram instabilidades dizem respeito à formação de uma identidade e o custo do processo. Têm-se que a construção estatal pode promover uma identidade comunitária excludente como parte do projeto nacional em detrimento de outras identidades, além de questões relativas à transição cultural e social que muitas vezes não é desejada. Por fim, todo o processo requer recursos para consolidar a capacidade administrativa, consolidar as forças armadas e prover bens públicos, e estes são captados através de sistemas tributários e outros métodos de arrecadação, o que é comumente um tema que inflama resistência (Newman, 2014b).

A maior parte da literatura acerca da violência do processo de construção do Estado possui duas importantes limitações. A primeira é a temporal, porque geralmente realiza um resgate histórico que retoma o processo de consolidação dos Estados Modernos da Europa. A segunda é a espacial, ao retratar sobretudo a experiência europeia. Essa constatação leva Newman a questionar se a construção do Estado pode ser relevante para analisar os conflitos armados intraestatais que se situam fora do eixo ocidental (Newman, 2014b). Para o caso do

² O termo desigualdade horizontal é utilizado para definir as assimetrias em diversos aspectos, entre grupos, se contrapondo a desigualdades verticais que dizem sobre indivíduos.

Iêmen essa constatação representa uma importante alternativa de análise para o persistente conflito. Apesar de o conflito objeto do presente trabalho inicialmente não ser aquele que ainda está em curso atualmente, pois trata da guerra civil de 1994, essa perspectiva histórica é essencial para compreender o cenário atual, da guerra de 2014, visto que os houthis não surgem apenas em 2011 e o cenário de turbulências não se iniciou em 2014.

Se utilizando da visão crítica de Newman sobre os estudos que se limitam à busca de uma variável específica, é importante olhar para guerras civis como possíveis consequências de processos de construção do Estado inacabados ou não aceitos. Considerar esse importante processo, que imprime tamanha mudança na sociedade, é essencial para que os estudos a respeito da causa para ocorrência de conflitos específicos possam fornecer um panorama amplificado, e como consequência, soluções viáveis e assertivas para cessar o cenário belicoso sejam encontradas.

3. O CASO IEMENITA: A CONTRIBUIÇÃO DO RESGATE HISTÓRICO PARA COMPREENSÃO DOS CONFLITOS

A partir da exposição teórica realizada no capítulo anterior observa-se que o campo de estudos de guerra civil conta com uma diversidade teórica acerca da eclosão de conflitos. Para compreender o caso iemenita será realizada uma análise histórica que resgata os momentos anteriores à unificação, a concretização da mesma, e os eventos posteriores que culminaram na guerra civil de 1994. Os momentos anteriores à unificação partem da existência de dois “Iêmens” e sua análise é pertinente para encontrar elementos importantes como a intervenção estrangeira e a ascensão de Ali Abdullah Saleh, o primeiro presidente do país unificado. Dessa forma, o seguinte capítulo irá tratar inicialmente da consolidação do Iêmen do Norte e Iêmen do Sul, o período de coexistência dos dois Estados bem como a guerra entre os mesmos até a unificação. Após a construção do Estado iemenita como se conhece hoje, a análise histórica abordará a guerra civil de 1994, e depois brevemente as guerras houthis, a primavera árabe e a eclosão da guerra ainda em curso, tratando-os como elementos de uma contínua instabilidade.

A primeira obra a ser utilizada é a de Ginny Hill, uma pesquisadora em Iêmen que realizou pesquisa de campo no país. Hill parte da ideia de que o problema de governos fracos e instáveis provém de um contexto histórico de formação do Estado e, por essa razão, resgata a tentativa de construção de autoridade desde o imamato zaidista que perdurou na porção Norte até 1962 (Hill, 2017). Antes do processo de construção do atual Estado iemenita o território era dividido em duas entidades soberanas diferentes, conhecidas como Iêmen do Norte e do Sul. Tais entidades surgiram apenas no século XX, porém a região onde atualmente se localiza o país é povoada a milhares de anos e foi dominada por diversos povos e impérios.

3.1. A formação dos dois “Iêmens”

Para o objetivo do presente trabalho o resgate histórico retoma o fim Imamato Zaidita - um braço do xiismo islâmico - caracterizado por Hill como uma primeira tentativa de estabelecer autoridade. O Imamato perdurou por pouco mais de mil anos, desde o século IX até o ano de 1962. Durante esse tempo, eventos como turbulências políticas, troca de

dinastias, e interferência estrangeira (incluindo domínio otomano) assombraram o regime, porém é apenas no século XX que o mesmo encontra seu fim (Hill, 2017).

Dentro do contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos, que já haviam consolidado sua influência na Arábia Saudita, se viram forçados por questões estratégicas, relativas à aproximação de Nasser do Egito com o Iêmen, a se adentrar no domínio do Imamato, no Norte. Já a Inglaterra, humilhada pelo andamento da disputa por Suez³, buscava também a manutenção de seu controle sobre Áden - região da porção sul do território, sob seu domínio desde o início do século XX (Hill, 2017a). Para compreender o processo de negociação da unificação será retomado inicialmente a criação do Iêmen do Norte e Iêmen do Sul e os acontecimentos posteriores, que envolveram duas guerras entre os países, até que o novo regime se concretizasse.

Em meados de 1960 o regime do imamato demonstra os primeiros atritos com Nasser, o presidente egípcio. Dois anos depois o imã Amade Ibne Iáia morre e a sucessão para o cargo é de seu filho, Mohammed al-Badr, que poucos dias depois é deposto, mediante um golpe de Estado comandado pelo próprio chefe de sua guarda pessoal, Abdullah al-Sallal. Nesse contexto é criada a República Árabe do Iêmen, cujo primeiro presidente é Sallal (Hill, 2017a).

O golpe de Estado e o consequente estabelecimento de uma República obteve o apoio de Gamal Abdel Nasser, que ficou conhecido por seus esforços pan-arabistas e forte oposição aos regimes monárquicos e pró-ocidente do Oriente Médio. A presença de soldados egípcios em solo iemenita crescia cada vez mais, e a influência de Nasser sobre o novo regime era notável. Do outro lado, em apoio a Al-Badr, símbolo do antigo regime, se colocavam de forma menos explícita o Reino Unido e a Arábia Saudita. Com a resistência esperada do antigo Imã, junto a seus apoiadores domésticos zaiditas e estrangeiros, o resultado foi uma guerra civil (Hill, 2017a).

O conflito perdurou por vários anos e contou com diversas tentativas de resolução e armistícios frustrados. Apesar da assimetria tecnológica que favorecia a frente egípcia, os zaiditas conseguiram resistir contando sobretudo com a superioridade de conhecimento acerca da topografia iemenita. A influência do Egito sobre o Iêmen fazia aumentar o ressentimento da população dado os abusos perpetrados pelas tropas de Nasser, ao mesmo tempo que Al-Badr era extremamente dependente do apoio aliado para se manter no poder. Foi apenas após o episódio do ataque combinado de Israel à Síria, Jordânia e Egito, que Nasser

³ O governo de Nasser era visto pelo Ocidente como uma ameaça, por sua proximidade com os ideais socialista e seu forte discurso anti-colonialista. O impasse de Suez acontece depois de Nasser decidir nacionalizar o Canal de Suez, à época comandados pela França e Grã-Bretanha.

concordou em se retirar do Iêmen, colocando fim ao conflito. O acordo foi firmado com a Arábia Saudita em junho de 1967 na Conferência de Chefes de Estados Árabes sediada em Cartum, na qual foi estabelecida a retirada egípcia do Iêmen e o reconhecimento saudita da nova república (Hill, 2017b).

Ao mesmo tempo, no Iêmen do Sul o cenário também era de forte instabilidade. O território pertencia ao Império Britânico, que esteve presente na região desde a abertura do Canal de Suez no século XIX. Apesar de configurar uma colônia britânica, devido sua importância estratégica para o comércio internacional, o país era um protetorado que agrupava diversas tribos com certa autonomia. O levante contra os britânicos começou apenas em outubro de 1963, e já em dezembro houve uma tentativa de assassinato do governador inglês ocasionando um estado de emergência. O poder imperial se degenerou cada vez mais, e mesmo com o anúncio de retirada - após três anos - a situação de violência apenas piorou. Havia a tentativa de conciliar a transição de poder, mas o combate armado entre dois partidos de esquerda rivais foi um empecilho. A retirada dos ingleses se concluiu apenas em novembro de 1967 e rapidamente a Frente Nacional de Libertação (FNL) tomou controle de Áden. Pela primeira vez um Estado Marxista foi criado no mundo árabe tendo este unificado o porto e as tribos - antes autônomas - em uma só entidade (Hill, 2017b).

Ambos os conflitos, no Sul e no Norte, se encerraram em 1967, estabelecendo assim a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI também chamado de Iêmen do Sul) e a República Árabe do Iêmen (RAI ou também, Iêmen do Norte). Diante desse contexto, o vizinho saudita no objetivo de contrapor o movimento crescente do nacionalismo árabe secular, passou a se utilizar do Islã como ferramenta de combate às ideologias que ameaçavam sua existência (ideias anti-monarquistas e seculares, por exemplo). Sendo assim, a consolidação de duas novas Repúblicas tão próximas de seu território desencadeou a influência saudita mediante um sistema de patronagem. Compreender essa rede de financiamento saudita e também iemenita a atores de seus interesses é de grande importância pois a prática marcou a forma de se fazer política no Iêmen antes e depois da unificação.

No momento pós-conflito, a Arábia Saudita enviou 20 milhões de dólares ao conselho presidencial da RAI, liderado por Abdulrahmin al-Iryani, um representante do conservadorismo esperado pelos sauditas. Outras remessas continuaram a chegar na cena política iemenita o que leva Hill (2017b) a descrever esse sistema de patronagem transfronteiriço, que perduraria ainda por mais quatro décadas (Hill, 2017b).

A estabilidade esperada pela intervenção não se concretizou, à medida que os atores financiados pela Arábia Saudita se utilizavam da vantagem contra o governo para obter mais

ganhos ou contra comunidades rivais. É nesse momento também que a aproximação entre os Iêmens e as primeiras conversas sobre a possibilidade de unificar os dois países começaram a acontecer, durante o governo de Ibrahim al-Hamdi, um coronel que substituiu al-Iryani. Momentos antes de tratar da unificação com Áden, o presidente foi assassinado, em 1977, sendo substituído por Ahmed al-Ghashmi (Hill, 2017b).

No mesmo período, o Sul vivenciava algumas reformas de cunho socialista, envolvendo a nacionalização da economia, políticas estatais de desenvolvimento e reforma agrária. As mesmas suscitaram divergências internamente à FNL, a respeito do ritmo das reformas, das estratégias de unificação com o Norte e também sobre aliados externos (alguns apoiavam o modelo chinês e outros o soviético). O então presidente Salim Rubai Ali, do Sul, mantinha conversas com o presidente do Norte al-Hamdi a respeito da aproximação dos dois países. O presidente nortista, al-Ghashmi, também foi assassinado, e o responsável pela execução foi um emissário de Salim, do Sul. Essa acusação recaiu sobre o próprio presidente Salim, que foi julgado por uma corte revolucionária e executado 48 horas depois. Ademais às tensões internas ao FNL, estes foram outros fatores que contribuíram para a instabilidade (Hill, 2017b).

É nesse contexto de forte instabilidade que chega ao poder no Iêmen do Norte Ali Abdullah Saleh, que governou por mais de 30 anos, considerando seu mandato antes e depois da unificação (Hill, 2017b). Day (2012) considera três importantes fatores para justificar a longevidade do mandato de Saleh. O primeiro seria a própria instabilidade gerada pelo assassinato dos dois últimos presidentes, o clima de insegurança gerou medo e fez com que poucos estivessem dispostos a assumir a função. A segunda causa diz sobre a forte rede de proteção, criada justamente por sua origem tribal. Assim que assumiu o poder designou membros familiares para compor cargos de segurança. E, por fim, o comprometimento de Saleh com a causa republicana foi importante, porque caracterizou um ponto de convergência entre diferentes porções do território.

Considerando a importância de Saleh para a unificação, cabe resgatar brevemente como ele adentrou a cena política iemenita. A ascensão de Saleh é indissociável do componente tribal que se manteve muito relevante na cena política do Norte. Saleh vem do clã Sanhan, que é parte da federação tribal Hashid⁴, embora este pequeno grupo não seja tão

⁴ As confederações Hashid e Bakil são as de maior expressão ao norte, enquanto os Bakil possuem o maior número de membros, os Hashid possuem um governo mais sólido e influente, dominando os postos militares mais poderosos do país (Day, 2012).

influyente em termos políticos, sendo considerados fracos, o fator tribal se faz muito importante para compreender seu governo (Day, 2012).

Antes de se tornar presidente, Saleh não possuía cargo político, sendo apenas um militar. A participação de Saleh no exército data antes mesmo da Revolução de 1962, quando fez parte das Forças do Imã Ahmad tendo aderido à causa republicana apenas depois de iniciado o conflito. Com o fim da guerra civil, Saleh entrou para a Escola de Formação de Oficiais do Exército em Sanaa, pelo financiamento de um empresário sulista exilado no Norte. O primeiro posto depois de sua graduação foi em uma rodovia conhecida por ser rota de tráfico de álcool, onde deveria realizar inspeção, no entanto Saleh prosperou e fez contatos através do suborno. O futuro presidente começou se destacar cada vez mais entre os empresários e comerciantes através da participação de uma prática cultural iemenita, o uso de Khat⁵ em reuniões onde eram discutidos diversos assuntos políticos (Day, 2012).

Com o assassinato de al-Ghashmi, e os rumores de que seu vice, Al-Arashe, iria se retirar da disputa pela presidência, o nome de Saleh começa a aparecer como uma opção a ser favorecida pelos empresários. A capital se encontrava em clima de espera por alguém disposto a assumir o cargo, Saleh aceitou a proposta e chegou à Sanaa com o apoio dos mercadores de Taiz (região onde Saleh operava) (Day, 2012). Essas alianças que se fizeram presentes desde antes de Saleh se tornar presidente e o impulsionam ao poder são de grande importância para compreender a dinâmica de poder durante os anos em que foi governante.

3.2. O caminho para a Unificação: guerras e negociações

Helen Lackner (2019) descreve que durante a segunda metade do século XX a unificação era um slogan político muito popular, e retrata também que no nível social havia uma forte conexão entre as duas populações. Nesse sentido, a unificação era tida como algo positivo. Durante a década de 1970 algumas tensões envolvendo os dois países resultaram em duas guerras iemenitas, em 1972 e 1979. A diferença entre os sistemas políticos, sendo o Norte alinhado ao capitalismo e o Sul ao socialismo, juntamente às fortes instabilidades internas previamente apontadas foram os fatores que corroboraram os conflitos. Em ambos os casos o estado belicoso foi terminado com acordos de unificação que não tiveram resultados.

Os conflitos são analisados por Bryjka (2016) dentro do contexto da Guerra Fria. Dessa forma as tensões internas que já existiam desde o assassinato dos presidentes dos dois

⁵ O Khat é uma droga muito popular no Iêmen, a autora Hill descreve sua experiência enquanto esteve no país e diz que mascar a planta é uma forma de socialização amplamente praticada.

países se somaram ao alinhamento com as duas maiores potências rivais para a eclosão das duas guerras. As tensões assumem forma de um confronto militar breve pela primeira vez em setembro de 1972, encerrado já em outubro mediante um cessar-fogo e acordo de unificação dos dois países na forma de uma só república democrática (Gause, 1988).

Gause (1988) aponta que o aceite do acordo por parte do Sul se deu apenas para que a pressão militar sobre o governo fosse aliviada enquanto nesse meio tempo poderia se utilizar de táticas próprias para poder barganhar a unificação dentro dos próprios termos. O país desde o início não teria o intuito de aceitar o estabelecimento de um sistema com eleições livres que poderiam minar o poder político do sul. Através do desenvolvimento de uma relação com simpatizantes no Norte o objetivo era moldar seu vizinho à imagem e semelhança do Sul, tanto ideológica como organizacionalmente.

A segunda guerra eclodiu no início de 1979, por ação do Sul com o apoio da União Soviética, o que imediatamente ocasionou uma resposta estadunidense de apoio aos sauditas para que interferissem no conflito (Hill, 2017b). No decorrer do conflito o Norte percebe o apoio fornecido pelo ocidente como insuficiente, assim, Saleh se volta para a União Soviética também, que passa a financiar os dois lados através do fornecimento de equipamentos militares. Diversas tentativas de suspender o conflito tentaram ser negociadas pela União Soviética sem sucesso (Bryjka, 2016).

O término do conflito se deu também com um acordo de unificação, em uma conferência no Kuwait organizada por mediadores da Liga Árabe. Foi estabelecido que a Constituição para o novo Estado seria desenhada nos próximos quatro meses, o que não aconteceu. O Sul usufruía de uma superioridade militar e fez com que seus aliados no Norte, a FDN (Frente Democrática Nacional), fosse incluída no governo. Saleh cedeu a esta e outras demandas do vizinho o que desagradou profundamente os nortistas opositores da unificação e a Arábia Saudita, fazendo com que essa aproximação se encerrasse rapidamente. Com a pressão interna e o patrocínio saudita, o presidente do Norte dá um passo para trás nas relações com a União Soviética, desacelera o ritmo de negociações com o Sul e assume uma postura de hostilidade e perseguição contra a FDN (Gause, 1988).

A situação de tensão não foi escalada para um novo conflito por conta de uma mudança na liderança do Sul que via a cooperação como mais vantajosa. Com Ali Nasser na presidência, Aden passou a estabelecer uma relação de proximidade com os países ricos em petróleo e assumiu uma postura de cooperação com o Norte em detrimento da combatividade. A integração passou a ser tratada dentro de outros âmbitos para além do político, sendo

buscada em um primeiro momento pela aproximação econômica e cultural, visando a integração política como algo a longo prazo (Gause, 1988).

Etheredge (2011) aponta que além da questão da instabilidade como um fator essencial para o avanço da unificação, existe também a descoberta do petróleo nos territórios de Marib, na parte Sul, e Shabwa do Norte, e a suspeita de existência de reservas em Hadramaut, no Sul. A união seria para o Sul uma solução para a situação econômica fragilizada, e para o Norte a possibilidade de explorar o petróleo em conjunto, o que seria mais vantajoso que a disputa. A autora pontua ainda que a retirada do apoio soviético a países do leste europeu, que por sua vez eram fonte de assistência financeira e técnica para o Iêmen, foi decisiva para viabilizar o acordo de unificação.

Halliday (1990) apresenta uma visão mais crítica acerca da unificação, tratando-a como uma ferramenta retórica para reforçar o próprio poder dos dois países e conter a influência um do outro. A partir da análise do autor se faz interessante uma breve retrospectiva para visualizar interação entre os dois governos sobre a unificação e a evolução do tema ao longo das décadas até que o objetivo se concretizasse de fato.

Ele ressalta que a origem da ideia de unificação remonta a conexão entre o movimento nacionalista de Aden, e o movimento de libertação iemenita do Norte na década de 1940. Este último movimento não levantava a bandeira da unidade iemenita, no entanto, tendo buscado refúgio no Sul, contra a perseguição do Imã, a ideia de unificação se torna interessante. Durante a década de 50 esse movimento de libertação se une ao Sul ocupado (pela colonização britânica) para formar a Frente Nacional Unificada que assume uma postura mais revolucionária, muito ligada ao Pan Arabismo, e adere à causa de unificação. Com isso o objetivo de unidade iemenita passa a ser componente essencial do movimento nacionalista do Sul. Em contrapartida, o regime do Imamato passa a se utilizar fortemente do discurso de unificação e reclamar o território do Sul e projetar poder sobre a região (Halliday, 1990).

Após as duas revoluções que fundaram os Estados Iemenitas, o passado comum da população foi resgatado em alguns momentos mediante discursos dos líderes. No sul, a Carta da FNL de 1965 retoma a civilização pré-islâmica e a integração natural entre Norte e Sul, bem como a união que se expressou durante o período islâmico pelo regime de sucessão de Estados. É destacado também o impacto que a revolução do Norte teve no Sul, tendo em vista que ambos vivenciaram a consolidação do Estado no mesmo período. Essa Carta se debruça sobre a união dos povos em uma dimensão para além do nacional, ela traz a revolução do Sul para um contexto maior, de união da pátria (watan) e do povo (sha'ab) árabes. A união da qual fala se trata mais de uma proximidade política, sob os moldes socialistas, que geográfica.

A virada do foco do povo árabe para o povo iemenita acontece nos anos posteriores, sem excluir totalmente o comprometimento com a identidade Árabe (Halliday, 1990).

A Constituição da Frente Nacional de 1970 também aponta uma série de elementos comuns às duas populações, como a luta anticolonial e anti-feudal, ademais, ressalta o objetivo de eliminar as barreiras que impedem a união. Essa constituição junto ao Congresso de 1972 afirmam uma mudança relativa ao meio pelo qual a unificação se daria, passando de tratativas com o governo para aliança direta entre o Iêmen do Sul e opositores do Norte (Halliday, 1990).

Em 1975 ocorre o Congresso de Unificação, no entanto a declaração final não estabelece mais do que um reforço do compromisso com a união em busca do progresso e prosperidade da população iemenita e o esforço para atender tais objetivos, sem que medidas concretas fossem estabelecidas. A mesma abordagem aparece na segunda Constituição, de 1978, em seu preâmbulo retoma o discurso de restaurar a união natural do povo iementita (Halliday, 1990).

No Congresso do Partido Socialista Iemenita (partido que sucedeu a FNL) de 1980 a Unificação passa a ser abordada de maneira diferente, cujo objetivo seria construir uma pátria unificada livre e democrática. Quanto aos meios, a unidade deveria ser construída através do contato entre os governos, abandonando o caráter revolucionário prévio e substituindo-o pelo discurso de respeito à soberania e às liberdades políticas. O autor aponta que na realidade as relações não eram amistosas, haja vista os dois conflitos que se deram entre 1972 e 1979, estas desde a consolidação dos dois Estados se desenvolveram a partir de duas forças conflitantes: a de cooperação e busca pela unificação contra a de estímulo à divisão e ao antagonismo, sendo a última mais forte (Halliday, 1990).

A respeito do nacionalismo iemenita, importante para compreender o processo de unificação, Hallyday pontua que existem três características que o distingue dos demais: a conexão do mesmo com entidades iemenitas e árabes, o aspecto radical e a ênfase na unidade. A respeito da intersecção entre nacionalismo iemenita e árabe é trazido que desde a Carta de 1965 a causa iemenita é vista como uma expressão do nacionalismo árabe, até que ao longo do tempo ocorre uma virada semântica na escolha dos termos e o teor nacional passa a se sobrepor à causa pan arabista. O elemento radicalista é observado no Norte na luta contra o regime do Imamato e à interferência egípcia, enquanto que no Sul o nacionalismo se desenvolve sob moldes anticoloniais e marxistas. Por fim, o objetivo da unificação não se associava ao discurso de retomar território (irredentismo), mas sim de unificar dois estados

iemenitas que estavam separados desde antes da ocupação colonial no século XIX (Halliday, 1990).

Ao longo dos anos a relação entre os dois países passou por diversas fases, com oscilações entre maior aproximação e cooperação e rivalidade conflituosa. O ponto de virada para aceleração do processo de unificação é colocado por Gause (1988) e Hill (2017b) como os eventos de disputa interna no Sul em 1986. Uma cisão no partido se inicia com uma corrida armamentista, em 1985 Ali Nasser entrega o posto de primeiro-ministro para al-Attas como concessão aos opositores. No entanto, acusações de patronagem (prática comum no Iêmen mesmo depois da unificação) tornaram o conflito iminente (Hill, 2017b).

O combate foi iniciado no dia 13 de janeiro, durante uma reunião em que os guarda-costas do presidente Ali Nasser abriram fogo contra os membros do Politburo. Os presentes na reunião eram apenas políticos rivais do presidente. Na troca de tiros que escalou também para os prédios subjacentes foram mortos o vice-presidente e o ministro da defesa. Abd al-Fattah Ismail, o líder do partido escapou mas foi assassinado mais tarde na rua. O massacre passou também para o Comitê Central, entre apoiadores e rivais de Ali Nasser. Durante os próximos dias a luta escalou para as ruas da cidade e seus arredores, o Politburo se reconstituiu, conseguiu apoio do exército e em uma liderança coletiva conseguiram normalizar a situação e tomar o poder (Brehony, 2013a). Nesse cenário, al-Beidh se torna secretário geral, al-Attas se promove de primeiro-ministro para presidente, e o opositor, Nasser se refugia no Iêmen do Norte. A relevância dessa situação se deve ao fato de a mesma ter ocasionado grande desestabilização do governo e a credibilidade de um plano de unificação sob orientação socialista. É apenas nesse contexto que as relações entre Norte e Sul se normalizam e as negociações para unificação começam a se tornar uma possibilidade concreta (Hill, 2017b).

O conflito respinga diretamente no Norte visto que milhares de apoiadores de Nasser passam a chegar no país, fazendo com que o ex primeiro-ministro do Sul pudesse continuar a conduzir a política de território estrangeiro. Houve uma tentativa de incursão militar dos apoiadores de Nasser a partir do território do Norte, que foi impedida pelas autoridades. A postura do governo de Saleh foi priorizar a união dos Estados sobre bases democráticas a partir da relação entre os governos, e não com os revolucionários. Em julho de 1987 al-Beidh visitou Sanaa o que serviu para aliviar as tensões, no entanto nenhum acordo a respeito dos exilados pôde se estabelecer (Halliday, 1990).

As consequências do conflito foram irreparáveis para o Iêmen do Sul. Cerca de três quartos do comitê central do Partido Socialista Iemenita (PSI) foi assassinado, além de

diversas lideranças relevantes. A legitimidade do regime foi minada perante a população, o sistema de segurança foi fortemente afetado, e a imagem do país e do partido foi altamente prejudicada perante os vizinhos e os regimes socialistas. Nesse sentido, durante os dois anos seguintes a tentativa do governo foi restabelecer sua legitimidade e reverter a ineficiência do PSI em melhorar a qualidade de vida da população iemenita. (Brehony, 2013a).

Para além dos fatos históricos é interessante trazer a análise de Halliday (1990) sobre os diversos momentos que o tema da unificação enfrentou. Alguns fatores são apontados pelo autor como pontos de divergência para dificultar a aproximação dos dois países. A presença de Ali Nasser e seus apoiadores em território nortista era de difícil resolução, enquanto a postura de Saleh era conciliatória, Aden já encaminhava processos de execução de aliados em seu território. O cenário do Oriente Médio⁶ também constituiu um impasse, enquanto Sanaa se vinculou ao grupo de países opositores ao Irã e restaurou relações diplomáticas com o Egito, Aden permaneceu sem nenhuma associação. O terceiro ponto levantado pelo autor é a posição de barganha mais favorável do Norte, que fez com que o mesmo quisesse acelerar o processo de unificação enquanto o Sul buscava prorrogar o quanto fosse possível. Hill (2017b) encara o enfraquecimento dos socialistas como um fator que impulsionou as discussões para a união. O advento da descoberta de petróleo, lida por Halliday (1990) como gerador de conflitos, foi colocada por Etheredge (2011) como um fator viabilizador do acordo em conjunto com o enfraquecimento do bloco soviético.

Quando se trata de construção do Estado um importante fator que não pode ser descartado é a questão da identidade nacional. Halliday apresenta três pontos que podem ser vistos tanto como sustentadores da divisão, mas ao mesmo tempo sugerem razões pelas quais os apelos de união entre Norte e Sul se sustentavam em ambos os países. O primeiro fator ambíguo é a afirmação de uma identidade iemenita comum nos dois lados, que poderiam legitimar o próprio poder contra a interferência estrangeira, ao mesmo tempo que um acusava o outro de estar sob influência de outro país. O segundo fator é a dificuldade de unir a própria sociedade. Internamento aos Iêmens, devido o fator tribal, regional e religioso, a coesão identitária não era forte, portanto a tentativa de criar uma narrativa que unificasse os dois povos poderia ao mesmo tempo facilitar também a integração interna. Por fim existe a questão dos benefícios a serem adquiridos com a união, como a complementação dos recursos

⁶A rivalidade saudí-iraniana que remonta o período da Revolução Iraniana se encontrava nesse contexto em um dos seus momentos mais turbulentos, entre 1988 e 1991 ambos países romperam relações diplomáticas depois das guerras Irã-Iraque na qual a Arábia Saudita apoiava Saddam Hussein (COSTA, 2018).

humano e natural e possibilidade de cooperação em diversas áreas, o que trouxe também o fator de interferência nos desdobramentos da política um do outro (Halliday, 1990).

Apesar da ambiguidade dos fatores e os altos e baixos da relação entre os países, o tema da unificação se manteve relevante ao longo dos anos, mesmo que longe de ser concretizado, porque não era levantado apenas como objetivo último. A integração era utilizada como importante recurso retórico que se guiou por outras razões para além de sua concretização, era componente fundamental da política externa de ambos países. É justamente por estas outras funções que o objetivo foi mantido ao longo do tempo (Halliday, 1990).

3.3. A consolidação do acordo

Após o longo caminho percorrido pelos dois países, que incluíram duas guerras, acordos infrutíferos para integração, crises internas e momentos de maior e menor hostilidade mútua, o tema da unificação voltou a ganhar forças a partir de 1988. Uma crise econômica atingiu o Iêmen do sul, e apesar da produção de petróleo ter se iniciado no fim de 1989, com os métodos defasados de exploração e processamento desse recurso, não havia dinheiro suficiente nos cofres do governo para sustentar o país. Ademais a tensão política interna ao PSI e lideranças, bem como entre as regiões do Norte e Sul continuavam vivas. Diante desse cenário a compreensão dos líderes da República Democrática Popular do Iêmen era de que o país necessitava de uma reforma ou da união para se salvar, a opção escolhida mesclou as duas soluções (Brehony, 2013b).

Foi estabelecida uma comissão ao fim de 1988 para produzir um documento sobre a reforma e se debruçou sobre o âmbito econômico, estrutural e organizacional e político. A ideia era olhar para as falhas do sistema e repará-las sobre bases democráticas. Na reunião final do Conselho Popular Supremo (órgão legislativo superior), em janeiro de 1990, uma série de leis de liberalização política foram aprovadas, e em março o plano de reforma política e econômica foi lançado (Brehony, 2013b).

Ainda no ano de 1988, Saleh e al-Beidh se encontraram em Taiz e depois Sanaa para discutir questões referentes a tensões nas fronteiras entre Shabwa e Marib, onde acontecia a exploração de petróleo. O Norte pressionou sobre a unificação e foi estabelecido em comum acordo algumas medidas a serem implementadas: restabelecimento da Suprema Corte Iemenita (em inatividade desde o golpe em Ali Nasser); configuração de uma Comissão Mista para estabelecer uma única organização política; um calendário de discussões sobre uma

Constituição unificada; implementação de uma zona desmilitarizada entre as duas regiões supracitadas junto a um time para estabelecer fronteiras precisas; criação de uma corporação conjunta para explorar os recursos da região e projetos de investimento conjuntos sobre outras áreas; estabelecimento de postos conjuntos para uma fronteira aberta à circulação dos cidadãos (Brehony, 2013b, p. 209)

O acordo, segundo Brehony (2013b) foi implementado às pressas, especialmente a medida de circulação entre as fronteiras se tornou muito popular, isso permitiu que os cidadãos do Sul notassem o contraste entre as realidades. Milhares de cidadãos se mudaram permanentemente para o Norte durante os dois anos seguintes, o que alarmou o governo do Sul e contribuiu para o entendimento da inevitabilidade da unificação. Enquanto o Sul encarava a unificação como única forma de salvar seu governo, o Norte buscava se promover e ganhar popularidade diante do sucesso do processo. Ainda assim, até a segunda metade de 1989, para o Sul o processo assumiria caráter gradual, se baseando no êxito da exploração conjunta do petróleo. O autor aponta que com a queda do muro de Berlim em novembro de 1989, que desfez o sistema que era central para ambos Iêmens, a unificação pode finalmente se concretizar.

A Comissão Conjunta para Organização Política Unificada já havia realizado sua primeira reunião em outubro e propôs a fusão de cinco ministérios, dentre eles o da defesa e de relações exteriores. A decisão foi oficializada no encontro dos líderes dos dois países em Aden, em 29 de novembro. Havia visões diferentes acerca da forma de governo, os líderes do Iêmen do Sul esperavam um acordo na forma de federação ou confederação, a delegação do Norte buscava a fusão dos ministérios mantendo os dois governos separados, e do Sul propuseram confederação. Em uma reunião particular entre os dois presidentes, al-Beidh sugere seguir as diretrizes da constituição estabelecida no Kuwait em 1980, com base em uma unificação de fato. O acordo se torna público e a notícia é recebida com alegria pela população do Sul, o que foi articulado por al-Beidh para pressionar os contrariados Comitê Central e Politburo a aprovarem (Brehony, 2013b).

Durante o período de transição a relação entre Norte e Sul na discussão dos termos do acordo se apresentava equilibrada, apesar do último ter menos poder de barganha. Foi declarada a República do Iêmen, cuja capital política seria Sanaa e a econômica, Áden. O projeto da Constituição seria levado às duas legislaturas, e posteriormente apresentado a um referendo popular depois de seis meses. Eleições foram marcadas para 1992 e uma série de reuniões e organização de um comitê dos dois partidos para desenhar o futuro político do novo país. Durante esse período é observado que não havia um consenso interno, em

nenhuma das duas partes. Alguns atores discordavam fortemente da unificação, sobretudo dentro do PSI, enquanto outros se opunham a alguns termos, como o Islah, que desejava uma presença maior do Islã na constituição (Brehony, 2013b).

Apesar dos percalços, em abril de 1990, al-Beidh e Saleh se reuniram para firmar o Acordo de Sanaa, que estabelecia a data da unificação para o mês de maio, esta se daria a partir de uma fusão completa em um único Estado, com um período de transição de trinta meses. As eleições foram marcadas para 1992, na ocasião seria estabelecido um parlamento para eleger um conselho presidencial de cinco pessoas, que convidaria o novo primeiro-ministro. Seria formada também uma Câmara de Deputados cujos membros viriam do Conselho Consultivo do Iêmen do Norte, e do Conselho Popular Supremo, do Iêmen do Sul. O Gabinete seria dado a partir de uma fusão também, resultando em 39 membros divididos em postos e níveis diferentes (Brehony, 2013b).

Alguns encontros e relatórios foram realizados entre abril e maio. Os dois primeiros-ministros se encontraram em 4 de maio para acordar a unificação da moeda e a questão orçamentária. Outra reunião se deu entre um grupo de trabalho sobre a unificação militar e organizações securitárias. Foi estabelecido também um acordo para remover as unidades militares das capitais. A nova Constituição foi votada em 15 e 16 de maio, embora o comparecimento tenha sido baixo, dentre os presentes os votos foram de 98% a favor, levando à ratificação da mesma em 21 de maio em ambas as capitais. Em 22 de maio acontece a unificação com a República do Iêmen sob o comando de Saleh na presidência, al-Beidh como vice e al-Attas como primeiro-ministro. A respeito dos arranjos para a Casa dos Representantes e Conselho Consultivo houveram tensões e barganhas de líderes tentando uma posição no novo regime. Outro ponto importante é sobre a liberação de prisioneiros políticos e a concessão de anistia aos militares que desertaram por razões políticas (Brehony, 2013b).

Em agosto de 1993 al-Beidh viaja aos Estados Unidos para tratar questões de saúde e realiza uma reunião com o vice-presidente sem que Saleh ou o embaixador iemenita fossem notificados (Brehony, 2013c). As eleições parlamentares marcadas para 1992 foram adiadas em um ano, realizadas em outubro, e como resultado 123 cadeiras foram ocupadas pelo CGP, 62 pelo Islah e 56 pelo PSI que formaram um governo de coalizão. Neste, Saleh é definido como presidente (Brehony, 2013c), al-Attas o primeiro-ministro e o sheik al-Ahmar (líder da tribo Hashid e um dos fundadores do Islah) o Presidente do Parlamento.

O PSI, com apenas uma representação no conselho presidencial, viu al-Beidh sendo rebaixado, em seu exílio em Aden, ele desferiu reclamações sobre o não cumprimento dos termos da unificação (Hill, 2017b). Em novembro uma série de manifestações militares foram

reportadas, sem confrontos relatados, e em dezembro o ministro de relações exteriores fala da existência de uma divisão não declarada. Al-Beidh expressa também a percepção de que a unificação não se concretizou de fato. Para somar os antagonismos a crise econômica se agravou ainda mais sendo seguida por uma série de manifestações em Aden e Mukalla. A percepção popular era de que sua situação se devia à unificação e ao Norte (Brehony, 2013c).

Na tentativa de aliviar a crescente tensão, Saleh e al-Beidh são convidados para tratar as diferenças em Amman (capital da Jordânia), o Documento de Compromisso mediado pelo rei Hussein (Hill, 2017b). O acordo buscava balancear as demandas dos dois partidos e certo grau de descentralização para favorecer o sul. Um conflito armado se iniciou no mesmo dia, em 27 de abril, com um confronto entre tropas do Sul e Norte em Abyan. Já no fim de 1993 Saleh estava movimentando as forças armadas e aumentando o número de algumas unidades, enquanto o Sul não apresentou a mesma iniciativa. O resultado foi a rápida superação do Norte sobre o Sul em Abyan e Shabwa, e neutralização das forças sulistas localizadas no Norte. Além da superioridade estabelecida pela melhor preparação, o Norte também comprou unidades sulistas, fazendo-as mudar de lado. O discurso de Saleh era que a luta se deu para terminar a ameaça contra a união iemenita, inclusive do PSI. A iniciativa do Norte perdurou durante a luta por semanas e visava isolar Aden. O Sul contou com o apoio financeiro e de envio de armas da Arábia Saudita e outros países do Golfo, ainda descontentes com Saleh pelo impasse de 1990 (Brehony, 2013c).

Sobre o cenário político, no Sul o PSI continuou intacto, no Norte a cena era dominada pelo partido de Saleh, o Congresso Geral do Povo (CGP). O Islah⁷ começa a ser um importante opositor do regime de Saleh, sobretudo a respeito do compartilhamento de poder com o Sul socialista. Havia um ressentimento de líderes tribais do Sul exilados que tiveram suas terras tomadas pelo regime, e a inimizade partia na direção contrária também, culminando em mais uma série de assassinatos políticos no início de 1990, um lado acusava o outro (Hill, 2017b).

Em 21 de maio al-Beidh declara a criação da República Democrática do Iêmen (RDI), um Estado com sede em Aden que não era separatista mas se propunha a ser o núcleo do país unificado, segundo as bases do Documento de Compromisso. Foi formado um Conselho Presidencial por membros do parlamento, figuras importantes dos partidos e líderes religiosos, o mesmo anunciou um governo em 2 de junho, com al-Attas como primeiro-ministro. A

⁷ A congregação islâmica para reforma (Islah) surgiu no fim da década de 80 pela influência de iemenitas que lutaram na guerra do Afeganistão. O movimento incorporou elementos políticos tradicionais da tribo Hashid (e aliados) e diversos aspectos do Islã Político e da ala moderada da Irmandade Muçulmana (Brehony, 2013c).

aceitação desse movimento não foi ampla, a maioria do Politburo havia votado contra a secessão previamente e diversos membros do Comitê Central condenaram a declaração de al-Beidh (Brehony, 2013c).

Saleh apontou novos nomes sulistas para postos importantes no governo, figuras estas ligadas a Ali Nasir. Aden foi tomada pelas forças do Norte em 7 de julho e al-Beidh junto de outros líderes da RDI se retiraram para Oman. Aden foi saqueada por membros do Islah e Saleh buscou medidas para reconciliação, através da concessão de anistia exceto para os membros do governo paralelo, al-Beidh e al-Attas deveriam ir a julgamento. Saleh se provou um político habilidoso ao retomar o apoio de membros do PSI. Agora o caminho estava livre para que o presidente estendesse sua rede de patronagem para o sul, marginalizando qualquer desafiante (Brehony, 2013c).

Alley (2013) analisa a conjuntura iemenita recente e destaca que as crises vivenciadas pelo governo se deram muito antes da Primavera Árabe. A população se encontrava extremamente insatisfeita diante do cenário de corrupção, concentração de poder e riquezas nas mãos de Saleh, desemprego etc. A respeito dos movimentos regionais, no Sul o movimento al-Hirak cresceu diante da percepção de abandono dessa porção do território que não se via representada e se sentia preterida em relação ao restante do país, até que em 2009 o teor separatista se consolida. Já no Norte, quando a Primavera Árabe chega no Iêmen, os houthis já controlavam diversos territórios com o apoio de tribos locais, o grupo cresceu diante do ressentimento da população com as ações do governo. Entre 2004 e 2010 o governo enfrentou um embate armado, contra os Houthis, o conjunto dos 5 conflitos ficou conhecido como Guerras Houthis (Fraihat, 2016).

Saleh contava com um isolamento depois de desfazer aliança com o al-Islah e marginalizar o que restou do Partido Socialista, fora as questões partidárias durante a presidência ele também teve de lidar com o descontentamento daqueles internos ao regime prejudicados por sua constante prática de concentração de poder e riquezas (Alley, 2013). Diante desse cenário, em fevereiro de 2011 manifestantes tomaram as ruas da capital, Sanaa, esses protestos lançaram luz sobre uma série de frustrações, porque foram aderidos por diferentes grupos da sociedade iemenita. A situação de instabilidade se agrava quando 52 manifestantes são mortos e mais centenas feridas por snipers associados ao governo, tornando a oposição ainda mais intensa visto que o evento ocasionou deserções de militares, de políticos associados ao partido de Saleh, do serviço diplomático e de líderes tribais influentes (Juneau, 2013).

Uma coalizão da Arábia Saudita e os países do Golfo Pérsico intervém na tentativa de controlar a situação. Foi proposto pelo grupo um acordo no qual Saleh transferiria o poder ao vice-presidente Abd Rabbu Mansur al-Hadi em troca de imunidade para ele e sua família. A oposição formal concordou com tal arranjo, embora os manifestantes questionassem a questão da imunidade perante os crimes cometidos durante o mandato do presidente. O cenário conflituoso não cessa, e a resignação só foi assinada por Saleh em novembro, possibilitando a implementação do acordo (Juneau, 2013).

Como previsto, Hadi assumiu o poder após o pleito realizado em fevereiro do ano seguinte, 2012, no qual ele foi o único candidato, e assim se estabelece seu mandato de transição por dois anos. Durante esse período ele foi encarregado de realizar a reforma do aparato securitário, elaborar uma nova constituição e dirigir a Conferência de Diálogo Nacional (CDN) que visava sanar os conflitos do país (Juneau, 2013). Como se sabe os esforços do governo para reforma foram infrutíferos e cada vez mais os houthis ganhavam apoio da população, até que em setembro de 2014 o grupo toma a capital e no ano seguinte as campanhas de bombardeio saudita se iniciam inaugurando o cenário conflituoso que ainda não foi solucionado (Fraihat, 2016).

4. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS PRINCIPAIS FATORES PARA INSTABILIDADE

Apresentado o arcabouço teórico e o resgate histórico cabe analisar como teoria e realidade dialogam no caso iemenita. O presente capítulo propõe uma visão alternativa e ampliada acerca da crise humanitária vivenciada hoje no país, porque busca as raízes do conflito não no contexto da Primavera Árabe, mas em um momento anterior e crucial para a história que é a consolidação do Estado. A união de dois países culturalmente e politicamente distintos dentro de uma única entidade soberana gerou antagonismos que culminaram na guerra de 1994 bem como uma estrutura favorável para que outros desafiantes surgissem na cena nacional posteriormente, como o al-Hirak e os Houthis.

Os governos nacionais, de Saleh e al-Beidh buscaram na união a manutenção do próprio poder, no contexto de consolidação para o primeiro, e salvação para o segundo, ambos objetivando a imposição do próprio sistema (Brehony, 2013c). Para além do fator estratégico, Hill (2017b) pontua que a unificação era altamente popular e vista pelos nacionais como uma possível resolução para os males de ambas as sociedades. No entanto, o desenrolar das negociações e a fusão das estruturas levaram a desentendimentos e necessidade de acomodação de interesses. O Sul se sentiu prejudicado no processo e com a escalada das tensões o conflito armado eclode apenas 4 anos depois do Iêmen unificado.

A presente análise irá resgatar algumas variáveis elucidadas ao longo do texto, entendendo as mesmas como causadoras de um cenário instável persistente. São elas a oposição à unificação ou à forma com que a mesma se desenvolveu; o conflito interno entre diferentes setores da sociedade; o sistema de patronagem e a fragilidade institucional; a disparidade de poder político e de ganhos entre Sul e norte; a crise econômica; a separação dos exércitos; a violência política.

Inicialmente, é importante destacar que embora o clima geral tenha sido de otimismo com a fusão dos estados, alguns atores da sociedade não a corroboraram. No Norte, mesmo depois da queda do Imamato e consolidação do novo país, o componente tribal permaneceu forte e atuante na política. A influência dos líderes tribais para além da rede de patronagem de Saleh também se materializou no partido al-Islah, que se opunha à presença do PSI na política. Conforme Gause (1988) aponta, o descontentamento tribal data desde os acordos de unificação que sucederam as duas guerras entre os Iêmens. Brehony (2013b) também destaca que internamente ao PSI havia divergência a respeito de qual o melhor caminho para unificação e até mesmo se ela deveria ocorrer. A Arábia Saudita também foi uma forte

opositora da integração e boicotou as diversas tentativas de entendimento entre os governos através do financiamento de líderes tribais que se alinhavam aos interesses sauditas.

Outro impasse foi a oposição saudita. O vizinho que compunha grande parte da rede de patronagem e de remessas internacionais de iemenitas migrantes. Este se deu devido ao posicionamento iemenita no Conselho de Segurança que não condenou a invasão do Iraque no Kuwait em 1990. Ao mesmo tempo, Saleh criticava abertamente a Arábia Saudita por permitir que tropas estadunidenses se fizessem presentes na região. A escolha de posicionamento suscitou o descontentamento saudita, e um choque nas remessas pela expulsão de trabalhadores iemenitas do golfo (Hill 2017b). Essa expulsão gerou uma onda de mais de um milhão de iemenitas até o ano de 1992, além da reverberação econômica (previamente apontada) pela onda migratória, no Sul isso se refletiu em conflitos por terras. Antigos proprietários voltaram ao Sul e reclamaram as posses que foram nacionalizadas no período da RDPI, essa causa foi usada pelo Islah para aumentar sua influência sobre o Sul. O evento exacerbou as tensões entre ambos os partidos (Hill, 2017c).

Um ponto importante para compreender a ausência de estabilidade do país são as estruturas de poder informais que estavam enraizadas na política iemenita. O sistema de patronagem de Saleh fez com que a unificação não buscasse fortalecer as instituições democráticas, mas se apoiou nas relações que eram importantes para mantê-lo no poder. Desse modo a estabilidade que é objetivada com a construção estatal não pôde ser alcançada, tendo em vista que esse sistema é passível de gerar instabilidades em prol da defesa de interesses particulares. A fraqueza das instituições também pode ser apontada como um fator de relevância para o persistente cenário de instabilidade iemenita.

Ainda sobre os mecanismos informais, é importante destacar que em detrimento do fortalecimento de tecnocratas e consolidação institucional, Saleh optou por uma rede de financiamento de aliados, o que permitiu perpetuar o sistema tribal e um governo indireto (Hill, 2017c). Alley (2010) analisa em seu artigo o sistema informal de distribuição de poder e riquezas que se enraizou na política iemenita através da patronagem. As regras informais estabelecidas por esse sistema são mais relevantes para entender o jogo político que as instituições democráticas formais. A política de patronagem foi produzida mediante um jogo de barganha complexo, entre Saleh e seus clientes. Hill afirma que “o poder político era altamente personalizado, e as estruturas informais frequentemente produzia resultados muito mais rápidos e eficazes que a burocracia formal” (Hill, 2017c, p.54).

Antes mesmo da unificação a atribuição de familiares e membros de sua tribo para posições militares importantes, bem como remessas direcionadas a sheiks tribais, foram o

pontapé para a estrutura que se ampliou e complexificou com o tempo. Antes do choque do petróleo de 1986 essa rede de patronagem era insignificante perto daquela realizada pela Arábia Saudita. O financiamento de sheiks e cidadãos de interesse saudita teve uma queda brusca após a crise. É nesse cenário que o governo cria a oportunidade de ampliar sua influência. Através de taxaço e regulamentação de importação, Saleh favorecia aliados pela concessão de licenças para importação, fazendo com que as redes de clientelismo criadas por ele se tornassem essenciais para obtenção e transferência de poder (Alley, 2010).

Na visão de Brehony (2013c) o principal problema para unificação era devido o Sul subestimar a própria habilidade de participar ativamente da construção do Iêmen unificado, e também a habilidade de Saleh de se impor sobre al-Beidh e companheiros. Saleh foi capaz de se consolidar como líder do país unificado através da vitória militar com o fim da guerra civil, no entanto as condições da população permaneciam precárias com alto desemprego, pobreza e analfabetismo. A exploração conjunta do petróleo em larga escala foi a expectativa que ajudou a acelerar o processo de unificação, pelo alto potencial econômico. Porém, quando a mesma se concretizou, o comércio do recurso ficou sobretudo nas mãos do Norte, privando o Sul de uma divisão justa dos ganhos. Isso contribuiu para que o descontentamento se estendesse para a divisão de poder político.

A respeito da situação econômica, Brehony (2013c) pontua que no ano anterior à guerra o PIB per capita era 10% mais baixo que em 1990, o desemprego na casa dos 25% e a inflação entre 30 e 50%. Ao mesmo tempo, as dívidas externas do país chegavam a ser duas vezes maiores que o PIB. O novo país ainda não tinha uma única moeda, sendo utilizada as antigas dinar e riyal da pré-unificação, e ambas em 1994 valiam cerca de 10% apenas de seu valor original. Enquanto um terço da população vivia abaixo da linha da pobreza, a receita do petróleo, mais baixa do que o esperado, era direcionada em maior parte para beneficiar empresários nortistas ligados à estrutura de poder. Para o sul, a crise econômica constituiu um problema ainda maior porque a população perdeu acesso à comida subsidiada pela antiga RDPI, fruto da unificação. Dessa forma havia um forte ressentimento da população acerca de sua situação, que via como culpado o Norte e a unificação.

Sobre o sistema político, é necessário destacar que o processo acelerado de democratização trouxe o voto para uma sociedade cuja diferença populacional era de que a população do Norte chegava a ser quase seis vezes maior, isso é um fator relevante diante do sistema democrático. Com a fusão das instituições e ministérios observa-se que no processo alguns interesses são deixados de lado, e grupos deixam de ser beneficiados. Nesse caso, os políticos do Sul precisaram barganhar sua permanência na política estando em uma posição de

desvantagem com relação ao Norte. Em uma sociedade na qual mecanismos informais eram parte essencial do funcionamento da política, a implementação do pleito surpreendeu negativamente alguns políticos. Al-Beidh não foi escolhido para compor o Conselho Presidencial, por consequência uma série de descontentamentos contra o governo se uniram a outras insatisfações e culminaram na guerra civil.

Outro ponto de atenção se relaciona à unificação das instituições. Após a concretização da fusão dos governos, ministérios e estruturas se uniram para dar forma ao novo Estado. No entanto, uma instituição de grande relevância para a manutenção da estabilidade permaneceu operando de maneira separada, as forças armadas de ambos os países. Brehony (2013c) destaca que os serviços de segurança estavam unidos na Organização Pública de Segurança, mas funcionavam de forma independente. Assim como a organização política iemenita o funcionamento das instituições por lógicas paralelas também se estendia para o exército, o que estava estabelecido em lei não tinha tanta força perante os mecanismos sociais. No Sul, de oficiais a soldados, todos deveriam ser do PSI, e no Norte os oficiais se conectavam a Saleh pelas alianças tribais e pela rede de patronagem.

Ainda no tópico de segurança Brehony (2013c) reporta que a partir de 1991 começa uma série de assassinatos políticos e o PSI leu os ataques como uma conspiração contra o partido mesmo sem a identificação da autoria. As reuniões realizadas para tentar prevenir os crimes e prender os perpetradores não ajudaram a minar o clima de insegurança. Em comunicação particular com Saleh, al-Beidh insinuava a possibilidade de voltar para uma República Democrática Popular do Iêmen. As eleições se deram em clima de suspeita mútua, insegurança, além de uma divergência de abordagem na relação entre os partidos, alguns setores do PSI estavam mais inclinados a cooperar que o braço mais tradicional do CGP, nem mesmo internamente ao partido se tinha uma homogeneidade. O Norte possuía outro recurso que lhe conferia vantagem, os aliados de Ali Nasser que agora compunham o quadro político como aliados do Norte, estes eram frequentemente usados para exercer pressão sobre o PSI.

Para finalizar e ter um panorama mais recente, Hill (2017b) indica que no Índice de Estados Falidos de 2005 o país foi colocado como o 8º mais provável de se desintegrar. Esse índice é realizado pelo Fundo para a Paz e considera doze indicadores qualitativos e quantitativos nas áreas de coesão, economia, política e social. Ao analisar os índices publicados pela organização a partir de 2007 a posição do país começa a piorar em ranking e na pontuação dos indicadores, nos anos de 2019 a 2022 o país esteve em primeiro lugar, no ano seguinte foi para a posição de segundo lugar e em 2024 para sexto. No entanto, mudanças individuais nos indicadores não foram significativas, o que pode indicar apenas uma piora na

situação de outros países (Fragile State Index, 2024). O índice fornece uma boa visão de como a situação de fragilidade do país se deteriorou com o tempo, corroborando o entendimento de que a situação de instabilidade no país não teve início apenas em 2014 e da importância do aparato estatal em manter a estabilidade.

Em suma, ao analisar a bibliografia é possível perceber que diferentes autores interpretam de maneiras distintas o apelo da unificação. Lackner (2019) classifica como um slogan político que era popular; Gause (1988) interpreta a unificação como um discurso instrumentalizado para influenciar o outro e obter ganhos particulares; Hill (2017) apresenta um fator muito mais social da popularidade do tema e esperança despertada na população. É importante compreender como todos estes aspectos conversam entre si. Ao mesmo tempo que os governos tinham objetivos próprios a serem alcançados através da união, o aspecto popular se fazia importante para que os projetos tivessem o apoio necessário para seguir em frente. Soma-se o fator econômico presente na exploração do petróleo que conferiu ainda mais credibilidade e otimismo ao projeto.

Todavia, o processo concreto de unificação gerou o embate de interesses e expectativas, tanto de membros do governo - Sul sub representado e os grupos do Norte descontentes com o compartilhamento de poder - quanto da população. Essa condição gera um cenário propício à instabilidade que somado a outros fatores pode ter contribuído para a ocorrência dos conflitos que seguiram a primeira guerra civil. A partir da mobilização e organização grupos desafiantes surgem na cena nacional como os houthis, principais atores na guerra civil de 2014.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se desenvolve diante do estudo de causas para a ocorrência da guerra civil no Iêmen. Ao resgatar as principais lógicas explicativas e analisar a história iemenita é perceptível que resumir a motivação para o início de conflitos a uma variável chave pode reduzir a capacidade de análise e limitar a compreensão holística da situação. A abordagem escolhida é a proposta por Newman e Kalyvas, no sentido de compreender guerras civis como eventos complexos e repletos de subjetividade. Dessa forma é possível concluir que analisar de forma conjunta as diversas variáveis, sobretudo a partir de uma perspectiva histórica, torna a compreensão acerca do conflito mais completa.

É destacado neste relatório o papel da construção do Estado como um processo não pacífico que pode fornecer uma estrutura propícia para a ocorrência de conflitos, sem a premissa de excluir a importância de outros fatores motivadores. A construção do aparato estatal se torna relevante para o caso iemenita pois demonstra a interação entre os diferentes grupos de interesse. Se faz necessário também ressaltar como a violência esteve presente na estrutura política antes mesmo da unificação, desde os diversos assassinatos políticos quanto na estrutura autoritária, sendo ambos, temas que despertam a insegurança e frustração popular. Nesse sentido, o teor violento e conflituoso da construção do Estado pode ser resgatado até mesmo na consolidação dos dois Iêmens durante a década de 1960. Ambos os países passaram por guerras civis para superar as antigas estruturas de poder, o imamato no Norte e a colonização no Sul.

A situação de crise humanitária vivenciada pelo Iêmen é amplamente retratada como reflexo das manifestações durante a Primavera Árabe. De fato, esse evento possui sua importância para a guerra civil de 2014, no entanto uma abordagem alternativa à tal narrativa é de que o cenário de instabilidade não foi consolidado naquele ano, ou devido a uma lógica explicativa específica. A insatisfação popular demonstrada através das manifestações não pode ter surgido naquele ano, é advinda de um contexto prévio que se formou através da combinação de diversos fatores.

Ao longo da análise sobre a construção do Estado foram destacados alguns pontos importantes para ocasionar a instabilidade. A diferença demográfica e de poder entre o Sul e Norte, a situação econômica, a rivalidade entre grupos, a violência, a intervenção estrangeira, a fragilidade das instituições democráticas somada às redes de patronagem são alguns dos fatores que conjuntamente formam o contexto propício ao conflito.

Para futuras análises dentro do tema existem algumas questões não exploradas neste trabalho. A gênese dos houthis e sua projeção internacional, o financiamento transfronteiriço aos movimentos nacionais, presença de empresas privadas de guerra, a presença de grupos terroristas e entre outros constituem temáticas importantes para entender a situação do país. Ademais, uma pesquisa mais detalhada acerca dos acontecimentos mais recentes permitirá a identificação de uma conjuntura que possui raízes históricas.

Em conclusão entende-se que a unificação pode ser entendida não apenas como geradora do conflito separatista de 1994, mas também como consolidação de uma estrutura instável que persistiu e se agravou ao longo do tempo. A primeira guerra civil, movimento de separação do Sul expressou a insatisfação desse setor da população com o novo Estado. No entanto, a forma como Saleh conduzia o governo, passou a desagradar também outros grupos. Os fatores de instabilidade previamente apontados favoreceram a frustração da população e o surgimento de grupos contestadores do poder - houthis e al-Hirak sendo os mais expressivos. Este cenário se arrastou para as guerras houthis até a eclosão do conflito armado após a Primavera Árabe. A tentativa por parte do governo de uma reforma para acomodação dos interesses só acontece depois que os rebeldes já obtinham controle sobre boa parte do território iemenita e apoio popular, o que torna a tensão mais difícil de desescalar e a manutenção da estrutura de poder insustentável.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alley, April L. **The rules of the game**: Unpacking Patronage Politics in Yemen. *The Middle East Journal*. vol. 64, n. 03, p. 385-409, jul. 2010.

BREHONY, Noel. *Fracturing the Regime: The Events of January 1986* (cap.10). In: BREHONY, Noel. **Yemen Divided**: The Story of a Failed State in South Arabia. 1. ed. I.B.Tauris & Co Ltd, 2013a.

BREHONY, Noel. *Unity or Reform?* (cap.11). In: BREHONY, Noel. **Yemen Divided**: The Story of a Failed State in South Arabia. 1. ed. I.B.Tauris & Co Ltd, 2013b.

BREHONY, Noel. *Union Without Unity* (cap.12). In: BREHONY, Noel. **Yemen Divided**: The Story of a Failed State in South Arabia. 1. ed. I.B.Tauris & Co Ltd, 2013c.

BRYJKA, Filip. **North and south Yemen as a theatre of a proxy war during the cold war**. *Journal of Science of The Military Academy of Land Forces*, v. 48, n. 2, p. 19-34, 2016.

CAAT. **The war on Yemen's civilians**. 25 ago. 2023. Disponível em: <https://caat.org.uk/homepage/stop-arming-saudi-arabia/the-war-on-yemens-civilians/#:~:text=The%20war%20in%20Yemen%20has,crisis%20caused%20by%20the%20war>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CEDERMAN, Lars-Erik; VOGT, Manuel. **Dynamics and logics of civil war**. *Journal of Conflict Resolution*, v. 61, n. 09, p. 1992–2016, out. 2017.

CORRELATES Of War. **About the Correlates of War project**. [s.d]. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/>. Acesso em 14 ago. 2024.

COSTA, Beatriz P. **Arábia Saudita e Irã: rivalidade e disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico**. *Revista Iandé*. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.72 - 84, jul/2018.

DAY, Stephen. *Salih Family Rules and the Sanhan Tribe* (cap. 3). In: DAY, Stephen. **Regionalism and rebellion in Yemen**: a troubled national union. Cambridge University Press, 2012.

FRAIHAT, Ibrahim. *Yemen* (cap. 2). FRAIHAT, Ibrahim. **Unfinished Revolutions**: Yemen, Libya, and Tunisia after the Arab Spring. Yale University Press, 2016.

FRAGILE STATE INDEX. **Country Dashboard**. 2024. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/country-data/>. Acesso em 24 out. 2024.

GAUSE, F. G. **Yemeni unity**: Past and Future. *Middle East Journal*, v. 42, n. 1, p. 33-47, Winter 1988.

HALLIDAY, Fred. *The enigmas of Yemeni 'unity* (cap. 4). In: HALLIDAY, Fred. **Revolution and Foreign Policy**: The Case of South Yemen (1967- 1987). 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HILL, Ginny. The Last Imam: The 1962 Revolution in the Yemen Arab Republic (cap. 1). In: HILL, Ginny. **Yemen endures**: Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia. Oxford University Press, 2017a.

HILL, Ginny. Victor's Peace: The End of the Cold War, Unification and the 1994 Civil War (cap. 2). In: HILL, Ginny. **Yemen endures**: Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia. Oxford University Press, 2017b.

HILL, Ginny. An Illusory State: Parliamentary Politics and Presidential Patronage (cap. 3). In: HILL, Ginny. **Yemen endures**: Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia. Oxford University Press, 2017c.

JUNEAU, Thomas. **Yemen and the Arab Spring**: Elite Struggles, State Collapse and Regional Security. Orbis. vol. 57, n. 3, verão 2013, p. 408-423.

LACKNER, Helen. The two Yemeni republics and Unification: 1962-2010 (cap. 3). In: LACKNER, Helen. **Yemen in Crisis**: autocracy, neoliberalism and the disintegration of a state. Saqi Books, 2017.

KALYVAS, Stathis. **The ontology of "political violence"**: Action and Identity in Civil Wars. Perspectives on Politics v. 01, n. 03, p. 475-494, set. 2003.

NEWMAN, Edward. Scholarship on Civil War: Topics, Debates and Controversies (cap. 1). In: NEWMAN, E. **Understanding civil wars**: continuity and change in intrastate conflict. 2014a. Routledge.

NEWMAN, Edward. Statebuilding, Upheaval and Civil War (cap. 1). In: NEWMAN, E; DEROUEN, K. **Routledge handbook of civil wars**. 2014b. Routledge.

OCHA. **Humanitarian needs overview**: Yemen. jan. 2024. Disponível em: <https://www.unocha.org/yemen>. Acesso em 14 mar. 2024.